



Diário Notícias

24-09-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 43943

Temática: Política

Dimensão: 790

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2

Parlamento

PS isolado
no voto contra
enriquecimento ilícito

ACTUAL PÁG. 2

Actual 1 Enriquecimento ilícito

Só PS ficou fora do consenso para se criar novo crime

Enriquecimento ilícito. Socialistas continuam a considerar que se está a inverter o ónus da prova em colisão com garantias penais

EVA CABRAL

O PCP teve ontem uma vitória ao ver o Parlamento aprovar com grande consenso – que só o PS não integrou – diplomas para se criminalizar o enriquecimento ilícito. Uma matéria que os comunistas foram os primeiros a apresentar numa proposta feita a 15 de Fevereiro de 2007.

Depois de ao longo de sucessivas legislaturas o assunto ter merecido a “atenção” de todas as bancadas sempre que se colocava em cima da mesa o debate sobre os meios para se prevenir e punir o fenómeno da corrupção e da criminalidade económica e financeira.

Uma bandeira em que o ex-ministro socialista João Cravinho teve um papel essencial, apesar do enriquecimento ilícito nunca ter integrado as propostas dos sucessivos pacotes anticorrupção precisamente por causa da questão da inversão do ónus da prova.

O Parlamento aprovou assim na generalidade projectos de lei da maioria PSD/CDS, do PCP e do BE para criminalizar o enriquecimento ilícito dos titulares de cargos públicos. Todos estes diplomas tive-

ram o voto contra do PS, que considerou não ter ficado acautelada a questão da inversão do ónus da prova. Ainda assim – e fazendo uso da liberdade de voto que a liderança de António José Seguro implementou nesta legislatura –, Ana Paula Vitorino, Eduardo Cabrita e Idália Serrão abstiveram-se em relação ao projecto da maioria PSD/CDS.

Já o PSD, PCP e BE votaram a favor dos três projectos de lei para criar o crime de enriquecimento ilícito. Refira-se, ainda, que o CDS se absteve relativamente aos projectos do PCP e do BE.

Foi também aprovado, na generalidade, com o voto contra do PS e a abstenção do CDS, um projecto do BE que altera a lei do controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos. Todos estes diplomas vão ser agora debatidos na especialidade.

O diploma do PS – que versava as “manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados” – acabou por ser chumbado pelos votos do PSD, CDS, PCP e BE, apenas recolhendo a abstenção do PEV.

O diploma do PS queria penalizar a ausência ou a prestação de



Jorge Lação voltou a considerar que diplomas invertem o ónus da prova

informações erradas sobre rendimentos e património.

Jorge Lação, ex-ministro dos Assuntos Parlamentares do PS, acusou os demais partidos de quererem permitir “uma acusação através de uma não prova, da prova de um facto negativo”, ou seja, que o aumento da riqueza não provém de meio lícito. Segundo Lação, os projectos do PSD/CDS, PCP e BE põem em causa o princípio constitucional da presunção de inocência.

Uma tese recusada por Teresa Leal Coelho, vice-presidente da bancada do PSD, que considerou que o PS se esconde “em argumentos de técnica jurídico-constitucional e penal” e mostra falta de “indignação perante a riqueza proveniente de causa ilícita ou injustificada” acumulada pelos titulares de cargos públicos.

Já o CDS, pela voz de Telmo Correia, adiantou que “nesta matéria não há soluções perfeitas”. Admitiu que a sua bancada ultrapassou as “dúvidas” que tinha sobre a tipificação deste novo crime de enriquecimento ilícito e entendeu-se com o PSD para que se possa dar “um passo importante” no combate à corrupção.

Também Cecília Honório, do Bloco, adiantou que esta legislação constitui “um passo decisivo na história do combate à corrupção”.

Propostas	PSD/CDS	PCP	BE	PS
Os dois parceiros de coligação avançaram com um diploma conjunto	✓	✓	✓	✗
A bancada do PCP foi a primeira a apresentar um diploma sobre a questão	✗	✗	✗	✓
Bloco considera que com estes diplomas se dão passos no combate à corrupção	✓	ABSTENÇÃO	ABSTENÇÃO	✗
Diploma do PS avaliava manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais	✓	✓	✓	✗

COMBATE À CORRUPÇÃO Os diplomas que foram aprovados na generalidade vão agora ser debatidos na especialidade. Genericamente todos avançam na criação de um novo crime que consideram ser um passo essencial no combate à corrupção.

ÓNUS DA PROVA. O líder parlamentar do PS, Carlos Zorrinho, acusou PSD e CDS de andarem a reboque do Bloco de Esquerda e do PCP ao aprovarem projectos sobre enriquecimento ilícito, que considera “populistas” e inaplicáveis em termos práticos pela Justiça portuguesa.

POLÉMICA

Debate sem reacções a António Costa

As várias bancadas parlamentares ignoraram ontem a posição de António Costa sobre a Madeira. “Toda a gente conhece e é sabido o que tem sido o enriquecimento de pessoas e empresas ligadas a pessoas da direcção do PSD/ Madeira ao longo destes anos”, afirmou António Costa na SIC Notícias. Igual resposta – o silêncio – obtiveram António Martins, pre-

sidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, e Marinho e Pinto, bastonário dos Advogados. António Martins garante que as propostas em debate não terão eficácia porque, por exemplo, deixam de fora as *offshores* – um caminho para contornar a lei. Marinho e Pinto sublinhou, mais uma vez, o habitual “círculo” parlamentar.